

Disputas discursivas ou alquimias identitárias? Identities in transit in Ceará pós-Durban

*Silviana Fernandes Matriz**

Resumo

O presente artigo se propõe a mostrar, parcialmente, o embate travado entre as duas matrizes de pensamento explicativas da identidade nacional brasileira e cearense; sobretudo, marcando como tais disputas se apresentam no material didático local.

Palavras-chave: Identidade Nacional/Local. Mestiçagem. Afro descendência. Material Didático.

Introdução

Passados nove anos, outro português, chamado Martim Soares Moreno, reconstituiu o fortim da Barra do Ceará, colocando nele um novo nome: Forte de São Sebastião. Martim entrosou-se tão bem com os nativos, que chegou a entrar para o mundo da ficção como personagem do romance *Iracema* de José de Alencar, publicado em 1865. Do seu amor pela mais bela das nativas tabajaras nasceu Moacir, que seria nessa lenda o primeiro cearense mestiço (PAIVA, 2005, p. 08).

Em 2005, na ocasião das comemorações do aniversário de 280 anos da cidade de Fortaleza, a Prefeitura lançou uma cartilha (PAIVA, 2005) dedicada aos estudantes da rede municipal, como material didático de apoio aos professores da área de Ciências Humanas do Ensino Fundamental. Escrita pelo jornalista Flávio Paiva, colunista de um dos maiores jornais de Fortaleza (*Diário do Nordeste*) e ilustrada pelo artista Válber Benevides, a referida edição demonstra preservar um axioma que ficou conhecido como sendo tão caro aos historiadores do Instituto do Ceará.

A cartilha é emblemática por sintetizar a visão harmoniosa em que nativos e invasores são situados, pelo autor, na condição de confrades: por um lado, confirmando enquanto verdadeiro tal pressuposto e, por outro, temperando ainda mais acentuadamente o ponto de vista do escritor cearense José de Alencar, que à época da publicação do romance *Iracema*, assume em seu discurso literário a ideia fundante da civilização brasileira e cearense (principalmente), a partir da mescla exclusiva do elemento nativo com o colonizador europeu.

Em *Fortaleza de Dunas Andantes*, o discurso incorporado naturaliza e reifica a cidade. Fortaleza é colocada na condição de mulher que fala por si mesma e descreve suas experiências mais conhecidas com um tom apologético e teleológico, protagonizando sua própria história como se existisse enquanto entidade autogestada. Em apenas 23 páginas, Fortaleza, narradora de si mesma, condensa sumariamente suas principais imagens canônicas apreciadas nacionalmente. São acontecimentos e sujeitos cristalizados por uma

tradição historiográfica positivista, tradição esta fundada em saberes científicos apropriados por uma restrita elite intelectual local da segunda metade do século XIX.

São exemplos desta historiografia tradicional abordada na cartilha: a chegada das expedições exploratórias; a desvinculação administrativa de Pernambuco e elevação à condição de cidade com a independência do Brasil; a prematura abolição da escravidão, destacando a figura do jangadeiro Chico da Matilde; o processo de urbanização levado a cabo a partir das últimas décadas do século XIX e acentuadas com a república; e alguns movimentos intelectuais do *fin de siècle*, como, a Padaria Espiritual. Na verdade, o que se percebe é uma visão bem folclorizada da história do Ceará, a mesma que se conta nos guias de viagens destinados ao público adepto do turismo massificado.

Apesar de aparecer claramente que a tal história sobre a gênese do primeiro cearense se trata de uma mitificação (lenda) elaborada pelo famoso escritor José de Alencar, ainda assim, é notória, ao longo de toda a cartilha, a exclusão das populações negras não apenas do projeto de edificação da sociedade fortalezense, bem como do próprio processo de formação identitária do chamado povo cearense. Ao contrário dos nativos que são retratados liricamente¹, a referência apresentada sobre as populações negras é quase uma nódoa no discurso da *cearensidade* oferecida na cartilha.

Outras personagens folclorizadas pela historiografia tradicional do Ceará também são enfatizadas positivamente por uma referência identitária assentada nas marcas do recorte espacial²; já ao falar sobre Chico da Matilde, a nomeação identitária que dele se faz é a partir de sua ocupação: jangadeiro; e, ao mencionar a escravidão, a alusão é étnico racial: os negros:

Há a história de um jangadeiro que veio de Canoa Quebrada trabalhar no cais do porto, que me deixou muito orgulhosa. Era o Chico da Matilde, que virou o lendário Dragão do Mar. Ele não suportava ver as injustiças praticadas contra os negros e liderou os pescadores na luta pelo fim da escravidão. Foi por conta da coragem de pessoas como ele que o Ceará se

tornou o primeiro Estado brasileiro a abolir os escravos, em 1884. Sinto como se fosse hoje a movimentação das pessoas, tão felizes com a notícia! Parece que as escuto quebrando as argolas dos escravos para vê-los em liberdade. Por isso o abolicionista José do Patrocínio chamou o Ceará de 'Terra da Luz' (PAIVA, 2005, p. 14).

Após a referência histórica sobre Dragão do Mar, ícone do movimento abolicionista local, há uma foto solitária exemplificando, talvez, a contribuição da cultura negra para o Ceará: o Maracatu. A abordagem pode ser percebida como notoriamente tendenciosa a uma compreensão do ser negro e escravo como não sendo cearense, pois, em momento algum, há referências aos negros como sendo cearenses, levando cada leitor a inferir que os dois descritores citados (negro e escravo) não servem para anunciar o amálgama étnico que comporia a cearensidade alencarina.

Desta forma, a referência às populações negras é episódica e a imagem construída em torno delas ainda é aquela que algema as experiências vividas por negros aos liames do binômio escravidão/abolição. A quota de participação das populações negras na construção da História do Ceará, mostrada na cartilha, além de ser diminuta, parece ainda ser um fantasma apenas a rondar periféricamente em torno dos acontecimentos que, de fato, construíram o caldo identitário cearense. Fundada em um discurso literário específico, *Fortaleza de dunas andantes* conserva, portanto, em seu texto, uma tradição narrativa sobre a gênese do povo cearense que recorrentemente é imputada total e exclusivamente aos historiadores do Instituto do Ceará; mas que, na verdade, perpetua a visão alencarina sobre a *cearensidade*, malgrado todo um processo de renovação teórica e metodológica.

Portanto, se a construção do conjunto identitário nacional e local foi bastante influenciado por José de Alencar e sua obra *Iracema*, não há como não remeter as análises à produção historiográfica do Instituto Histórico do Ceará³ e procurar entrever (se e) como houve um processo de resignificação, transposição e mesmo transfiguração das teses dos historiadores do Instituto e, assim, identificar como a temática da identidade foi proposta e solucionada também

pelos pesquisadores do Instituto do Ceará e de como lidavam discursivamente com a presença local de populações negras.

O Instituto Histórico do Ceará e a ideologia da mestiçagem

O Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico do Ceará, criado em 1887, além de ser apenas mais um (entre tantos) empreendimento cultural, representou, de fato, a conjugação do binômio descartiano saber-poder realizada pela elite intelectual fortalezense. Fundado às beiras da proclamação da república, seguia o mesmo modelo de demais institutos históricos (Rio de Janeiro e Pernambuco) e possuía claros objetivos de racionalizar as memórias sobre o processo de criação da sociedade cearense. Para a consecução de tal projeto foi inevitável a seleção de fatos e personagens deste campo de memórias herdadas, “comprovados” por documentos oficiais (OLIVEIRA, 2001).

Além dos estudos geográficos, os primeiros narradores da história local se ocuparam de etnografar o “Outro da Europa” que, por laços de solidariedade colonialista, também se configuraram como sendo o Outro do Brasil e do Ceará. As publicações⁴ do Instituto do Ceará traduzem os primeiros olhares sobre os povos indígenas, habitantes originais do território cearense, bem como a preocupação em identificar um distinto “outro” (africanos e afro-descendentes) que, ao contrário do primeiro, não teria tido tanta relevância na configuração identitária do povo cearense⁵.

Apesar de serem sistematicamente acusados pelo senso comum acadêmico de que os historiadores do Instituto tenham negligenciado intencionalmente a participação de demais povos não-brancos na formação da sociedade brasileira e cearense, o que se percebe no manuseio dessas fontes é o oposto do que se apregoa: o registro da presença negra nas revistas do Instituto do Ceará não se configurou como raridade temática. Ao contrário, não é difícil encontrar, na Revista do Instituto Histórico, diversos trabalhos que registram a presença negra no Ceará. Paulino Nogueira (FONSECA, 1887), por

exemplo, ao apresentar a etimologia e as discussões em torno dos verbetes adotados pelos indígenas do Ceará, termina por se confrontar com a dúvida sobre a possível origem africana de determinadas palavras. O autor, apesar de priorizar a presença indígena, ainda assim, perfilha breve olhar sobre as populações negras que aparecem continuamente nas revistas do Instituto.

Por outro lado, uma maioria de historiadores do Instituto concorda que a contribuição negra foi limitada por diferentes razões: o restrito volume de riquezas auferidas pelo colonizador do Ceará; a não-existência de companhia importadora de escravos vindos diretamente da África; a obrigatoriedade de adquirir escravaria negra através de Pernambuco (o Ceará até 1799 esteve submetido administrativamente àquela capitania); por tais motivos, o custo de um escravo negro chegava a preços exorbitantes para o colono do Ceará. É citado ainda que o valor comercial da escravaria negra variava com características particulares individuais: condições de saúde, aparência física, e, sobretudo, habilidades profissionais – quanto mais ofícios o escravo dominasse, mais valorizado era.

Devido a todo esse conjunto de fatores, a província do Ceará teria sido marcada pelo traço da quase-ausência de negros em sua formação. Seguindo essa lógica, predominou durante mais de século, 1864 até 1980, a ideia de que o Ceará é caboclo e, dessa forma, com população negra bastante reduzida ao longo dos séculos XVII e XVIII, teria sido inegável o predomínio de indígenas e portugueses na conformação do povo cearense. Tal constituição étnico-racial só viria a sofrer certa flexão a partir do século XIX, com o relativo acúmulo de capitais provenientes do desenvolvimento das lavouras canavieiras e algodozeiras e com a expansão da prática pecuarista, além da desvinculação de Pernambuco, foi possível maior aquisição de mão de obra escrava negra. Desta forma, para os historiadores do Instituto, a influência do elemento negro na formação do povo cearense se dá tardiamente e de forma secundária, visto que já havia acontecido significativo processo de mestiçagem entre o indígena aldeado e o colono português.

Contudo, mesmo compartilhando da certeza de que o negro no

Ceará pouco teria colaborado na formação étnicorracial do cearense, estudos gerais sobre as populações negras – o que inclui pesquisas sobre vocabulários, origens, costumes – ocuparam consideravelmente as atenções de muitos dos estudiosos do Instituto. Tendo ocorrido a inauguração do Instituto Histórico do Ceará três anos após a abolição local da escravidão, este acontecimento será, na primeira revista, assunto privilegiado pelos pesquisadores do Instituto que comemoram a libertação dos escravos; e, malgrado a exaltação da ação de clubes abolicionistas e de políticos⁶, não deixaram de valorizar a ação dos três jangadeiros⁷ iniciadores do movimento de suspensão do transporte de escravos negros do Ceará para as províncias do Sul.

Vários são os exemplos desse interesse em torno da presença e da participação de negros no Ceará. Em censo de 1808, Luis Barba Alardo de Menezes (IHGB, 1871, p. 255) marca o percentual de negros na composição étnica do Ceará e apresenta dados demográficos da capitania, categorizando a população cearense em quatro grandes grupos: Brancos, Índios, Negros e Mulatos. Considerando apenas a cidade de Fortaleza, os percentuais apresentados respectivamente para as categorias anteriormente assinaladas são: 39%, 2%, 11% e 48%. Em outra publicação, Joaquim Catunda (CATUNDA, 1919) matematiza a cota de participação negra na gênese do cearense: 25%. Significativa porcentagem, principalmente se confrontarmos com os dados estatísticos sobre as populações indígenas que atestam destacada diminuição desta etnia. Além de Paulino Nogueira⁸, Joaquim Catunda e Barba Alardo, Guilherme Studart (STUDART, 1896, p. 286) também revela a preocupação em registrar os casamentos interétnicos entre livres e forros, em ressaltar a ocupação de cargos públicos por negros forros (como o de encarregado do contrato das carnes de Sobral e o de porteiro da Assembleia Provincial) e em ressaltar o fato de que não era incomum aos “negros e negras da Guiné” acumular fortuna e se tornar proprietários de imóveis e até mesmo professores.

As perspectivas dos estudiosos do Instituto sobreviveram sem sistemática contestação até por volta da década de 1980, época em que se destacaram novos nomes na historiografia local. 1980 foi um

momento de renovação intelectual não apenas no eixo Rio – São Paulo; no caso do Ceará, também houve importante renovação nos quadros da pesquisa histórica local, aparecendo nomes como os de Geraldo Nobre (1988) e Raimundo Girão (1988). No entanto, mesmo trazendo novas interpretações sobre a história do Ceará, esses dois historiadores compartilharam das premissas ideológicas da mestiçagem; ambos foram profundamente influenciados pelos estudos culturalistas de Freyre (1987) e, assim como o famoso sociólogo pernambucano, Nobre (1988) e Girão (1988), ao invés de terem impugnado a ideologia da mestiçagem por completo, também cumpriram com a tarefa de sofisticá-la e refiná-la em escala local.

Cabe enfatizar que o fato de, em plena década de 1980, no Ceará existir pesquisadores que ainda comungavam da ideologia da mestiçagem, não implica em reconhecer certo grau de atraso intelectual local ou de conservadorismo retrógrado – basta lembrarmos que, nacionalmente, o antropólogo Darci Ribeiro foi, senão o maior, um dos principais reativadores dessa ideologia. Além de defender soberbamente a peculiaridade nacional da miscigenação brasileira, assim como o fez Freyre (1987), Ribeiro (1998) ainda forjou a expressão “povo novo” para se referir à raça brasileira, fruto da interação e integração de europeus, africanos e ameríndios.

Mas, de toda forma, na segunda metade do século XX a ideologia da mestiçagem já não reina soberanamente. Encerrados os conflitos da Segunda Guerra Mundial, a eles sucederam não apenas um rearranjo na geopolítica mundial com os Estados Unidos emergindo na condição de maior potência global, segue-se também uma enorme reconfiguração intelectual. As experiências do nazifascismo na Europa marcaram amargamente o mundo ocidental e acabaram por provocar um enorme debate em torno das temáticas relacionadas à raça, etnia, discriminação, intolerância e ódio racial. Somado a isso, é também na segunda metade do século XX que surgem os vários movimentos pelos direitos civis em vários países, mas são aqueles originados nos Estados Unidos que imprimirão seu modelo mundo afora, especialmente no Brasil.

Essas mudanças acabaram por provocar uma verdadeira

reviravolta na concepção geral que se tinha sobre o que é e o que forma uma “nação”, além de garantir o revigoramento do conceito de identidade – que, de termo maldito, resquício das mesmas experiências nazifascistas que serviram para alimentar uma intensa rede de debates contrária à ideia de raça, foi ressignificado e passou a ser um dos conceitos mais vulgarizados e utilizados dentro e fora das academias, desde então. Na verdade, os conceitos de “nação” e de “identidade” foram completamente revalorados.

Considerando, assim, todo esse conjunto de alterações, no caso do Brasil, a segunda metade do século XX é marcada pelo fortalecimento dos movimentos negros e pela imposição de uma nova ideologia explicativa da identidade nacional, a ideologia da afrodescendência.

De Iracema à Nzinga, de Moacyr a Zumbi: construções e desconstruções da cearensidade cabocla

Como tenho afirmado desde o início do presente artigo, o objetivo central de minhas reflexões é o de mostrar como através dos livros didáticos é possível perceber o embate de ideologias e, ao mesmo tempo, a sobrevivência e persistência de um discurso específico: aquele que valoriza positivamente a mestiçagem nacional. Falar em embate não implica afirmar em superação de um discurso pelo outro. Ao contrário, defendo a existência de uma disputa atual acerca das afirmações identitárias do brasileiro de um modo geral e do cearense, em particular.

E quais seriam essas ideologias em disputa? A primeira, já comentada, é aquela que foi compartilhada inicialmente pelos intelectuais dos institutos históricos, mas anteriormente fundada nos discursos literários novecentistas e, posteriormente, melhor sistematizada e popularizada por Gilberto Freyre – trata-se da ideologia da mestiçagem, que não apenas defende mas também proclama como positiva a não-existência de racismos no Brasil, por ter sido *o povo brasileiro* forjado na e pela mestiçagem das *três raças tristes*.

A segunda ideologia nasce a partir da confluência entre os discursos levantados por integrantes do movimento negro com os

estudos sociológicos patrocinados pela UNESCO na década de 1950 (MAIO, 1999). Trata-se da ideologia da afrodescendência, termo que, na verdade, só se populariza no Brasil a partir de 2001 com a participação brasileira na conferência de Durban (GRIN, 2010). A ideologia da afrodescendência se espalhou nacionalmente à medida que o país foi levado a seguir a marcha do neoliberalismo, iniciada no Brasil no governo socialdemocrata de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e sofisticada nos mandatos do trabalhista Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007; 2007-2010). Cronologicamente falando, sua relativa popularização nas universidades se situa a partir da década de 1980, tendo na pesquisa de Hasenbalg (1979) seu carro chefe; e, sua conversão em pauta política acontece com a chegada da década de 1990.

Desta forma, a primeira onda de renovação intelectual sobre a formação social nacional despontou nas décadas de 1950/70, com a chamada Escola Uspiana. Objetivando atenuar questões de racismo levantadas pela intolerância étnico-racial trazida à tona com a carnificina praticada pelos governantes nazistas e respaldada pelas populações alemãs, no Brasil, diversas pesquisas são financiadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de comprovar a mestiçagem como sendo a melhor resposta para solucionar a intolerância racial. Sendo o Brasil a terra da democracia racial como se apregoava à época, qual foi a surpresa ao serem revelados dados estatísticos dos estudos feitos principalmente por Florestan Fernandes e Octavio Ianni, atestando a manutenção de uma estrutura social excludente. A partir daí, um vasto revisionismo historiográfico se projeta com o fito de desconstruir o ideal freireano de harmonização das relações étnicas no Brasil.

É, então, durante as décadas de 1980/1990, que surge uma nova preocupação de revisionismo acadêmico entrecruzando as temáticas da escravidão com as das relações étnicas. Tais estudos tinham por base o desejo de revisitar a historiografia construída pela Escola Uspiana que elaborara uma imagem do negro diferente daquela produzida pelos arautos da mestiçagem no Brasil. Para esta nova geração, as relações interétnicas não se configuravam como relações

harmônicas entre brancos e negros; menormente eram relações pautadas na total submissão, imobilização e desarticulação destes.

A chamada Nova História no Brasil perceberá as relações raciais para além do campo da violência paralisante, construindo o entendimento de que as populações africanas e afrodescendentes se constituíram enquanto grupos: coletivos, organizados e solidários que resistiam e reagiam a partir de suas experiências vividas e dos jogos de interesse praticados e compartilhados socialmente.

Antecipados por esses dois grandes impulsos revisionistas⁹ ocorridos nos contextos dos estudos históricos, sociológicos e antropológicos sobre as relações raciais existentes na sociedade brasileira, o processo de renovação da historiografia cearense surge a partir do desconforto gerado por um axioma considerado corriqueiro no Ceará. O senso comum de que no *Ceará não há negros*¹⁰ servirá de mote para várias pesquisas sobre as relações étnicas, visto que, de acordo com o historiador Eurípedes Funes, a assertiva é preocupante porque tal pensamento, antes de tudo, se configura em uma “frase que traz uma carga de ironia e marca de um equívoco histórico. A ideia postulada é de que no Ceará não há negro porque a escravidão foi pouca expressiva”¹¹.

Relacionar a presença de negros à existência do sistema escravista no Ceará tem sido então, um dos pilares fundamentais de uma historiografia dita *tradicional*¹² que os arautos da Nova História cearense vêm tentando desconstruir desde 1980. Se para alguns historiadores vinculados a esta historiografia tradicional, a grande questão era explicitar a presença de escravos negros no Ceará; o desafio maior da atual historiografia cearense é tematizar sobre a existência de populações africanas e afro-descendentes, dentro e fora dos espaços da escravidão.

Paralela a esse processo (de renovação da historiografia sobre a escravidão e outros assuntos correlatos), certa não-correspondência foi constatada entre as atualizações promovidas por pesquisadores das universidades públicas brasileiras e as práticas docentes, sobretudo dos professores de história, em sala de aula.

Mas da constatação veio o incômodo: não bastava redefinir o lugar

do negro na sociedade brasileira na academia e no movimento negro se tal reconfiguração não estava ressoando nas escolas públicas, espaço de maior recepção de crianças e jovens. A partir de então, uma nova onda de revisionismo se espalhou entre os pesquisadores no Brasil: desta vez são séries de pesquisas e publicações discutindo o Ensino de História, os mapas curriculares e os materiais didáticos produzidos e utilizados. Submerge, novamente de dentro das universidades brasileiras, uma forte corrente de pesquisas acadêmicas sobre a produção, a circulação e o consumo de livros didáticos. No caso específico do Ensino de História, inúmeras pesquisas foram publicadas sobre as produções didáticas de História destinadas ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, portadoras da defesa premente de um ensino de História voltado à construção de uma história nacional crítica em relação à ideia de mestiçagem.

Essa nova corrente de estudos foi impulsionada não apenas pelo profundo diálogo com representantes da História Cultural, mas, principalmente, pela maior abertura das universidades e fundações norte-americanas aos estudantes brasileiros. Os financiamentos promovidos pelas fundações Ford, Fullbright e Rockefeller ficaram famosos e seus programas de bolsas de pós-graduação se tornaram o bilhete premiado de acesso garantido aos Estados Unidos. Perceber esse aspecto é de suma importância, pois nos leva a compreender como no Brasil, e no Ceará também, a ideologia da mestiçagem fundada na confluência das três raças passa a ser questionada, rejeitada e, paulatinamente, substituída pela ideologia que busca afirmar o Brasil como sendo uma sociedade birracalizada, seguindo os padrões das relações étnico-raciais norte-americanas (BOURDIEU, 2002; BESERRA, 2011). Exemplo maior da exposição anterior é, mais uma vez, o caso de Hasenbalg (1979) que, na década de 1970, consegue bolsa de estudos pós-graduados em Berkely, nos Estados Unidos.

Mas o processo de americanização da compreensão sobre as relações étnico-raciais nacionais não foi consequência apenas de uma trajetória unilateral. A vinda de pesquisadores norte-americanos, negros ou não, para realizar estudos sobre as relações étnico-raciais brasileiras foi fundamental para que a perspectiva binária

estadunidense ganhasse mais força e se propagasse - é o caso de Hanchard (2001) e Telles (2004). Ambos, ao tentar compreender os modos de convívio entre brasileiros, não conseguiram eliminar ou simplesmente escapar da influência de seus códigos culturais particulares, e suas pesquisas só conseguem revelar o que um norte-americano pensa das relações étnico-raciais brasileiras. Antes de conseguir decifrar as maneiras de interação nacionais e revelar alguma pretenciosa verdade sobre elas, Hanchard (2001) e Telles (2004) só conseguiram revelar como um norte-americano interpreta realidades estrangeiras.

Neles encontramos facilmente as interpretações mais corriqueiras e típicas da ideologia afrodescendente. Por exemplo, no caso de Hanchard (2001), a não-participação de “negros” brasileiros no movimento negro ou a não-formação de igrejas negras, sindicatos negros, escolas negras e bairros negros são indícios de sua falta de (ou de sua má) consciência racial; para Telles, é totalmente incompreensível como os brasileiros de todas as colorações convivem com o que ele considera um paradoxo inconciliável, a inclusão combinada com a exclusão. Como a referência de interação étnico-racial “natural” de ambos é o da segregação, previsivelmente eles analisam os padrões de convívio inter-racial brasileiro com os mesmos olhos norte-americanos que provavelmente enxergariam qualquer outra realidade.

Voltando ao embate atual entre as duas ideologias explicativas da identidade nacional nos livros didáticos, é imperativo frisar que, dada a persistência das tradicionais premissas da mestiçagem, a solução foi assegurar a mudança através da criação de uma ampla rede legal inédita no país. Boa parte dessa rede legal foi criada através do Conselho Nacional de Educação (CNE) que, a partir de 2001, passou a integrar em seus quadros a primeira mulher afrodescendente, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. O CNE desde então passou a produzir uma série de diretrizes e orientações com o objetivo de promover entre os professores a nova ideologia da afrodescendência. Talvez o maior e melhor exemplo da inserção dessa ideologia nos documentos oficiais no campo da educação seja o texto das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana, cuja relatora foi a citada pesquisadora das relações étnico-raciais nacionais, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Mas, mesmo com todo esse esforço legal e discursivo, a ideologia da mestiçagem ainda se constitui como importante alternativa explicativa para a formação étnica nacional. A aceitação do discurso da mestiçagem é constatável em diversas publicações e até mesmo em materiais didáticos voltados para o Ensino Fundamental (tanto o nível I quanto o II). É o caso da cartilha sobre Fortaleza, incansavelmente comentada neste artigo, e que pode ser utilizada como maior exemplo dessa dissonância existente. Através da análise e do esmiuçamento dos conteúdos curriculares e programáticos presentes nos livros didáticos de História, sobretudo nos de História do Ceará, notou-se, então, que a reabilitação desses temas não chegou até as estruturas mais basilares do sistema de educação brasileiro. Ainda permanece o ideal da mestiçagem e as populações indígenas e africanas, bem como o próprio elemento português, vez por outra, aparecem na condição de integrantes da *raça brasileira*.

Os discursos sobre a cearensidade que se delineiam ao longo dos textos de Livros Didáticos de História do Ceará devem ser entendidos como janelas por onde se descortinam as diversas simbologias (textuais e imagéticas) que servem à sustentação de relações específicas de dominação engendradas, espaço-temporalmente, por determinados grupos de poder. Se “a escola é justamente um cenário onde as sociedades disputam as memórias possíveis sobre si mesmas” (CARRETERO, 2007, p. 14); os livros didáticos são, por sua vez, mais que meros instrumentos pelos quais os projetos de dominação se refletem. Eles próprios se convertem em arena onde essas ideologias disputam a nomeação de quem é quem ou de quem é o quê; e se articulam, se disseminam e se consolidam, ao mesmo tempo em que adquirem foros de espaço cotidiano, de campo ordinário, de quase-senso comum.

Neste momento, finalmente, penso ser indispensável uma nota esclarecedora sobre qual compreensão para o conceito de ideologia

utilizo. Para esta análise, entendo ideologia não apenas enquanto conjunto de abstrações (ideias) pertencentes a um grupo de poder específico despregado do chão das concretudes humanas. Por ideologia, entendo exatamente aquilo que “é específico de uma situação, a ponto de abranger as determinações de classe e os horizontes, cultural e nacional, de seus proponentes” (JAMESON, 1997, p. 19) e que, portanto, se faz/estabelece a partir daquilo que Thompson denominou de “*o termo ausente*”: a experiência humana (THOMPSON, 1978, p. 180–201).

Logo, é a partir dessa compreensão de ideologia que penso as “relações raciais” e o conceito de “raça” (ou etnia) como expressões marcadamente ambíguas porque vazias de definições claras e objetivas. Também entendo que as relações sociais se fazem a partir de enunciados baseados em categorias sociais, políticas e econômicas concretas e se preenchem a partir de relações sociais reais, apreendidas enquanto construções sociais realizáveis por sujeitos históricos temporal e espacialmente situados.

Desta forma, penso que a restrita aceitação da ideologia da afrodescendência, ou, de outro modo, a persistente anuência em relação à ideologia da mestiçagem, se deve ao fato de que nenhum brasileiro que tenha vivido exclusivamente no Brasil conheceu o sistema de segregação étnico-racial semelhante àqueles experimentados nos Estados Unidos e na África do Sul. Ouso suspeitar, portanto, que por não ser algo processado das experiências sociais concretas nacionais, torna-se algo irreal e fantasioso na mente dos milhares de brasileiros e, portanto, difícil de ser acreditado e firmemente aceito e defendido.

Conclusões momentâneas

A partir de 1950 e de modo ainda mais intenso a partir de 1980, uma reviravolta na compreensão dos padrões das relações étnico-raciais brasileiras vem acontecendo. Tal mudança, apesar de algumas afirmações em contrário, ainda está em vias de se consolidar completamente. A percepção oficial de que a sociedade brasileira

agora é formada por brancos e negros, e não mais por brancos, morenos, claros e escuros, entre inúmeras outras matizes epidérmicas, ainda se constitui como uma novidade – para muitos, ela sequer é conhecida, pois, o referencial continua sendo o da mestiçagem.

Por outro lado, inúmeras ações, políticas ou não, oficiais ou não, vem ocorrendo no intuito de divulgar a nova ideologia da afrodescendência no Brasil: são cartazes; propagandas do IBGE “ensinando” cada brasileiro a identificar a própria cor; estatutos; cotas raciais; diretrizes e orientações curriculares racializadas; criação de disciplinas específicas; e, mais recentemente, a solicitação de veto a clássicos da literatura nacional. No entanto, apesar dos vários esforços, o que se percebe também é a persistência do antigo discurso da mestiçagem. Tal persistência é notória por não se dar em caráter residual, mas, antes, se estabelece como um duplo ainda alternativo à nova classificação proposta pelo movimento negro no Brasil.

Em alguns casos, como o da cartilha aqui analisada, chama a atenção o fato de ela ser oriunda do mesmo governo (mesma prefeitura) que lança encartes proclamando a novidade de que “Fortaleza é negra” e não mais cabocla, como projetou José de Alencar. No entanto, ao contratar de um conhecido jornalista local um manual ilustrado sobre a história da cidade, a mesma prefeitura não conseguiu evitar que o escritor traduzisse em texto e imagens a compreensão referencial, não apenas da formação, mas das relações, étnico-racial local, assentada sob a ideologia da mestiçagem.

Notas

* Doutoranda em Educação (UFC), possui mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará (2004) e graduação em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Ceará (2008), graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (2001). Atualmente é Professora Mestre de História do Ensino Médio - Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

¹ “As pessoas que habitavam essa delícia de lugar levaram a vida andando soltas como grãos de areia das dunas andantes.” (PAIVA, 2005, p. 04).

² Ao destacar a história de amor entre Plácido Carvalho e a italiana Maria Pierina, o autor se refere ao Sr. Plácido Carvalho como um rico comerciante e construtor cearense. Esta é a primeira vez que o descritor cearense submerge claramente do texto (PAIVA, 2005, p. 18).

³ Para uma percepção geral sobre os Institutos Históricos no Brasil, ver: SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴ Ver: www.institutodoceara.org.br

⁵ Ver: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará. Das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará / Imprensa Universitária, 2002; NOBRE, Geraldo. O Ceará em Preto e Branco. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1988 e MONTENEGRO, João Alfredo. Historiografia do Instituto do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

⁶ É notória a disputa pelas leis abolicionistas. Há incontáveis debates entre os ideólogos do Instituto do Ceará para que um cearense fosse reconhecido como o primeiro legislador a propor tais leis no congresso. REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1907. VER: www.institutodoceara.org.br

⁷ “14 de março de 1884 trez delles, Francisco José do Nascimento (depois alferes da guarda nacional), Francisco José de Alcântara e José Feliz Pereira Barbosa.” Ao analisar as origens do vocábulo Jangada (PAIVA, 2005).

⁸ Além do Vocabulário, Paulino Nogueira aponta a presença negra no Ceará em seu trabalho sobre as execuções por pena de morte no Ceará, ao identificar e destacar em diferentes comarcas e vilas o casamento entre brancos e negros forros (Ver: FONSECA, 1894).

⁹ Para maior detalhamento sobre este processo de renovação no que tange aos estudos sobre relações étnicas no Brasil, ver: O mito da democracia racial no Brasil. In: COSTA, 1998, pp. 365 – 384.

¹⁰ FUNES, Eurípedes. “Negros no Ceará”. In: SOUZA, 2007, p.103-132.

¹¹ (SOUZA, 2007).

¹² Ao utilizar o termo historiografia tradicional, reporto-me às produções que vão de 1887, ano de sua fundação, até 1970, que é quando ocorre um profundo processo de renovação historiográfica local com a criação de cursos superiores na área das Ciências Sociais.

Referências

BESERRA, Bernadete. Cultural Imperialism and the transformation of race relations in Brazil. **Latin American Perspectives**, 38 (1). 2011.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. Artimanhas da razão imperialista. **Estudos AfroAsiáticos**, vol. 24, n. 1, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: www.portal.mec.gov.br.

CATUNDA, Joaquim. **Estudos da História do Ceará**. 2 ed. Fortaleza: Tipolitografia Gadelha. 1919. (original de 1886).

CARRETERO, Mario et alli. **Ensino da História e Memória Coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república, momentos decisivos**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

FREYRE, Gliberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

FONSECA, Paulino Nogueira Borges. **Additamentos – Escrava Bonifácia e outros. Revista do Instituto Do Ceará.** Fortaleza: Typographia Econômica, 1894.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária Cearense, 1988.

GRIN, Monica Grin. **“Raça” – Debate Público no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO DO CEARÁ. Disponível em: www.institutodoceara.org.br.

JAMESON, Fredric. **O marxismo tardio.** Adorno, ou a persistência da dialética. São Paulo: BoiTempo / UNESP, 1997.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 4, out. 1999.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Historiografia do Instituto do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

NOBRE, Geraldo. **O Ceará em Preto e Branco.** Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1988.

NUDOC. **Cadernos do NUDOC.** Série: História. n. 01. Fortaleza: NUDOC / UFC, 1988.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – memória, representações e pensamento social (1887 – 1914).** São Paulo: tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica, 2001. 280p.

_____. **Saber e poder** – o pensamento social cearense no final do século XIX. 1998. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

PAIVA, Flávio. **FORTALEZA de dunas andantes a cidade banhada de sol**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. (Coleção Nossa Capital).

RIBEIRO, Darci. **O Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

REVISTA DO IHGB. Rio de Janeiro: IHGB, 1845. T. 8 e 34.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará. Das origens à extinção**. Fortaleza: Instituto do Ceará / Imprensa Universitária, 2002.

_____. **O declínio da escravidão no Ceará**. 1988. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

SOUZA, Simone. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

STUDART, Guilherme. **Datas e factos para a História do Ceará**. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

TELLES, Edward. **Race in another America: the significance of skin color in Brazil**. USA: Princeton University Press, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros** – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Abstract

This article intends to show, partially, the conflict established between the two most important ideologies about the national identity; especially, in the schoolbooks adopted by the municipality of Fortaleza (CE).

Keywords: National/Local Identity. African descent. Mestisaje. Schoolbooks.